

## ATA Nº 245/2000 - CONSELHO UNIVERSITÁRIO – 1ª SESSÃO

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano dois mil, às nove horas e quinze minutos, na Sala de Reuniões da Reitoria da Universidade Federal de Viçosa, em Viçosa, Minas Gerais, teve início a primeira sessão da ducentésima quadragésima quinta reunião do Conselho Universitário, presidida pelo professor Luiz Sérgio Saraiva, reitor, e secretariada pelo professor Paulo Shikazu Toma, secretário de Órgãos Colegiados. Os conselheiros presentes foram os que seguem: Carlos Sigueyuki Sediya, Leiza Maria Granzinoli, Walmer Faroni, José Henrique de Oliveira, Maurinho Luiz dos Santos, Marcelo José Vilela, Luiz Aurélio Raggi, Adriel Rodrigues de Oliveira, Elza Fernandes de Araújo, José Maurício de Souza Campos, George Henrique Kling de Moraes e sua suplente, Josefina Bressan Resende Monteiro, esta com direito a voz, José Luís Braga, Roberto Andrea Müller e seu suplente, Márcio Sampaio Sarmet Moreira, este com direito a voz, Orlando Monteiro da Silva, Sylvia Maria Machado Vendramini e seu suplente, Lourival de Castro Vale, este com direito a voz, Luiz Antônio Maffia e seu suplente, Joaquin Hernán Patarroyo Salcedo, este com direito a voz, Luiz Carlos dos Santos, suplente do conselheiro Aluizio Borém de Oliveira, Nádia Dutra de Souza, suplente do conselheiro Luiz Fernando Reis, Geraldo José da Silva Santana, Álvaro de Araújo, Paulo Roberto da Silva e Adriano Henrique Ferrarez. Os conselheiros Aluizio Borém de Oliveira, Geraldo Honório de Oliveira Neto, Lúcio Antônio de Oliveira Campos e Carlos Gomes da Cunha justificaram a ausência. Inicialmente, a presidência justificou a alteração da data da presente reunião, prevista, inicialmente, para o dia 22.2.2000, devido a uma reunião com o Secretário Estadual de Educação para tratar de um convênio, entre a Secretaria de Educação e a UFV, a respeito de um programa de capacitação de professores de ensino médio do Estado. Acrescentou que, na visita ao Governo do Estado, foi comunicada a intenção do governador de instalar o seu programa de “governo itinerante” em Viçosa, no final do próximo mês, e que, na ocasião, espera contar com o apoio da Universidade. Em seguida, apresentou o novo representante discente no Conselho, acadêmico Adriano Henrique Ferrarez. Comentou a visita do ministro da Ciência e Tecnologia, embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, no último dia 21, acompanhado pelo presidente da FINEP, quando proferiu a aula magna do primeiro período letivo deste ano; acrescentou que o presidente da FINEP manifestou interesse em voltar, brevemente, em visita, à UFV, juntamente com sua equipe. Também, convidou os conselheiros para três eventos institucionais programados: a) hoje, à noite, aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em Bioquímica Agrícola (M.S. e D.S.), recentemente aprovado pela CAPES, a ser ministrada pelo professor Marcos Mares Guia, ex-presidente do CNPq, às vinte horas, no auditório da Biblioteca Central; 2) sexta-feira, 25.2.2000, apresentação do novo sistema de informatização da Biblioteca, integrado em rede via Internet, e inauguração do Laboratório de Idiomas, na Biblioteca Central, com a presença do doutor José Luís da Silva Valente, diretor do Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior da SESu/MEC, às oito horas e trinta minutos; 3) na sequência, às dez horas, inauguração das instalações da Unidade de Apoio às Ciências Básicas, que oferecerá um programa de atendimento aos estudantes com carências no estudo de Português, Matemática, Física, Química e Biologia, mediante sistema de tutoria, como medida de combate à reprovação nas disciplinas básicas. Em seguida, informou que: 1) o orçamento para este ano ainda não foi aprovado e prevê-se que somente será aprovado pelo Congresso

após o carnaval; 2) as contratações no serviço público estão proibidas até o dia 28 de abril próximo e, no tocante à contratação de servidores técnico-administrativos, o MEC estuda a possibilidade de autorizar contratações apenas para atender às necessidades das atividades-fins das universidades; 3) recentemente, o Governo, apesar do parecer contrário do colégio de procuradores, determinou o corte das antigas “funções comissionadas”, no sentido de equiparar as gratificações às atuais, correspondentes aos “cargos de direção”. Tal medida atingiu cerca de 120 pessoas da UFV, entre ativos e aposentados. Terminada a parte de expediente, a presidência justificou a inclusão dos três primeiros itens da pauta, apesar da definição inicial da presente reunião como específica para aprovação do Regimento, em vista da urgência das matérias tratadas. O conselheiro Márcio Sampaio Sarmet Moreira parabenizou a Administração pela inauguração do edifício do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas e, também, por outro lado, manifestou preocupação quanto à segurança, em vista da grande quantidade de bens patrimoniais que estarão alocados no edifício. A conselheira Leiza Maria Granzinolli informou que deverá ficar pronto, em breve, o relatório final de um estudo sobre a questão da segurança no campus, que está sendo feita por um consultor, a partir do qual a Administração deverá elaborar um projeto sobre o assunto. O conselheiro Roberto Andréa Müller manifestou sua preocupação com relação ao “trote” dos estudantes e sugeriu que se fizesse um estudo a respeito. O conselheiro Walmer Faroni informou que a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários tem estabelecido conversações nesse sentido com o Diretório Central de Estudantes. O conselheiro Adriano Henrique Ferrarez observou que a liderança estudantil tem buscado formas alternativas, como o “trote solidário”, mas que ainda, à sua revelia, alguns grupos de estudantes, por cursos, e pessoas estranhas infiltradas têm praticado excessos. Posto isso, o plenário passou à análise dos itens da pauta a seguir relacionados. Item 1- PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO - 1.1- José de Castro Silva - 1.1.1- Afastamento para doutorado (99-09668) – após as discussões, o conselheiro José Henrique de Oliveira propôs, “à luz das razões apontadas e dos esclarecimentos, dar provimento ao recurso interposto pelo peticionário”. Em votação secreta, essa proposta foi aprovada, por vinte e um votos contra um. Após essa decisão, retirou-se do plenário o conselheiro Geraldo José da Silva Santana. 1.2- Sérgio Luís Pinto da Matta - 1.2.1- Prorrogação de licença regimental (99-12104) – após as discussões, o conselheiro Adriel Rodrigues de Oliveira propôs, “considerando os argumentos arrolados no plenário, dar provimento ao pedido de recurso do docente Sérgio Luiz Pinto da Matta”, concedendo-lhe o prazo até 31.7.2000 para concluir o seu programa de doutorado. Em votação secreta, a proposta foi aprovada por dezenove votos contra dois. Item 2- RELATÓRIO DA COMISSÃO INSTITUCIONAL DE ATRIBUIÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À DOCÊNCIA DA UFV – após a exposição do teor do relatório, pelo conselheiro José Henrique de Oliveira, o plenário homologou-o, por unanimidade, por proposição do conselheiro Walmer Faroni. Item 3- RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1999 - inicialmente, a presidência propôs convidar o diretor financeiro, Getúlio Jorge da Silva, e o coordenador da Auditoria Interna, Acyr Alves Fonseca, para prestar esclarecimentos e informações a respeito do Relatório apresentado aos conselheiros, o que foi acolhido pelo plenário. Após as discussões, o plenário aprovou, por unanimidade, por proposição do conselheiro Marcelo José Vilela, os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial da Instituição, referentes ao exercício de 1999, considerando o parecer da Auditoria Interna, constante na página 47 do

Relatório de Prestação de Contas. Essa decisão ficou consubstanciada na Resolução 1/99. Item 4- PROPOSTA DO REGIMENTO GERAL DA UFV - a presidência informou ao plenário que a proposta de Regimento, distribuída na última reunião, foi objeto de exame dos pró-reitores e dos diretores de Centros de Ciências, em reuniões preliminares, do que resultou uma nova versão consolidada. O conselheiro Carlos Siqueyuki Sedyama explicou que essa versão apresenta a matéria organizada numa nova estrutura de distribuição dos artigos, incorpora as revisões procedidas nas rodadas de discussões dos pró-reitores e dos diretores de Centros de Ciências, com exclusão de alguns artigos considerados dispensáveis e inclusão de outros, que preencheram algumas lacunas observadas na versão inicial. Após a distribuição do novo material para exame, a presidência sugeriu que a reunião fosse suspensa e que a segunda sessão se iniciasse às oito horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de fevereiro, para que os conselheiros tenham tempo para examinar os novos documentos. Com a concordância do plenário, a reunião foi suspensa às doze horas e quinze minutos, ficando marcado o início da segunda sessão para as oito horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de fevereiro.

## ATA Nº 245/2000 - CONSELHO UNIVERSITÁRIO – 2ª SESSÃO

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano dois mil, às oito horas e cinquenta minutos, na Sala de Reuniões da Reitoria da Universidade Federal de Viçosa, em Viçosa, Minas Gerais, teve início a segunda sessão da ducentésima quadragésima quinta reunião do Conselho Universitário, presidida pelo professor Luiz Sérgio Saraiva, reitor, e secretariada pelo professor Paulo Shikazu Toma, secretário de Órgãos Colegiados. Os conselheiros presentes foram os que seguem: Carlos Sigueyuki Sedyama, Leiza Maria Granzinolli, Walmer Faroni, José Henrique de Oliveira, Maurinho Luiz dos Santos, Marcelo José Vilela, Luiz Aurélio Raggi, Adriel Rodrigues de Oliveira, Elza Fernandes de Araújo, Agostinho Lopes de Souza, José Maurício de Souza Campos, Josefina Bressan Resende Monteiro, suplente do conselheiro George Henrique Kling de Moraes, Roberto Andrea Müller e seu suplente, Márcio Sampaio Sarmet Moreira, este com direito a voz, Orlando Monteiro da Silva, Sylvia Maria Machado Vendramini e seu suplente, Lourival de Castro Vale, este com direito a voz, Joaquin Hernán Patarroyo Salcedo, suplente do conselheiro Luiz Antônio Maffia, Luiz Carlos dos Santos, suplente do conselheiro Aluizio Borém de Oliveira, Nádia Dutra de Souza, suplente do conselheiro Luiz Fernando Reis, Álvaro de Araújo, Paulo Roberto da Silva e Adriano Henrique Ferrarez. Os conselheiros Luiz Antônio Maffia, Aluizio Borém de Oliveira, Geraldo Honório de Oliveira Neto, Lúcio Antônio de Oliveira Campos, Geraldo José da Silva Santana e Carlos Gomes da Cunha justificaram a ausência. Inicialmente, a presidência observou que, em vista da natureza da matéria em pauta, o funcionamento do Conselho nesta sessão exige o “quorum” qualificado de, no mínimo, dois terços dos membros e que a aprovação da matéria requer o mínimo de dois terços de votos favoráveis da totalidade dos conselheiros. Solicitou autorização do plenário para a presença do procurador Jurídico, para que possa dirimir eventuais dúvidas, quanto às implicações jurídicas, que possam surgir durante a deliberação sobre a matéria. Explicou que a versão da proposta de regimento em apreciação foi resultado dos exames e revisões procedidos em reuniões preliminares dos pró-reitores e dos diretores dos Centros de Ciências. Para agilizar o andamento dos trabalhos, ficou acertado fazer-se a leitura do documento, artigo por artigo, com destaques daqueles que os conselheiros quisessem que fossem discutidos. Definido o procedimento, a presidência solicitou ao conselheiro Carlos Sigueyuki Sedyama que coordenasse os trabalhos. Passou-se à leitura e exame do documento: “REGIMENTO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES - Art. 1º - O presente Regimento Geral contém normas relativas às atividades didático-científicas e administrativas comuns aos órgãos integrantes da Universidade Federal de Viçosa e tem por objetivo estabelecer métodos de ação concernentes aos vários aspectos da vida universitária, explicitando princípios e disposições estatutárias e fixando padrões normativos aos quais deverá ajustar-se a elaboração de regimentos específicos” (aprovado sem alteração). “TÍTULO II - DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS SUPERIORES - CAPÍTULO I - DO FUNCIONAMENTO - Art. 2º - Os Colegiados Superiores da Universidade funcionarão com a presença da maioria absoluta de seus membros, ressalvados os casos expressamente mencionados no Estatuto e neste Regimento. § 1º - Entende-se por maioria absoluta o número inteiro imediatamente superior à metade do total dos membros do Colegiado. § 2º - As reuniões de caráter solene realizar-se-ão com qualquer número de membros presentes, franqueando-se a

181 entrada a todos os interessados” (aprovado em alteração). “Art. 3º - As reuniões dos  
182 Colegiados Superiores serão convocadas, por escrito, por seu Presidente, por iniciativa  
183 própria, obedecido o mínimo de 48 (quarenta e oito) horas, incluindo-se a pauta de  
184 assuntos, ressalvadas as disposições em contrário. Parágrafo único - A convocação de  
185 reunião extraordinária será feita pelo Presidente ou atendendo a pedido de, pelo menos, 2/3  
186 (dois terços) de seus membros, com a antecedência máxima de 48 (quarenta e oito) horas,  
187 mencionando-se ou não o assunto que deva ser tratado, a juízo do Presidente. No caso de se  
188 omitir a pauta, os motivos serão declinados no início da reunião” (aprovado sem alteração).  
189 “Art. 4º - O comparecimento às reuniões dos Colegiados Superiores é obrigatório e  
190 preferencial em relação a qualquer outra atividade administrativa ou acadêmica na  
191 Universidade. Parágrafo único – Perderá o mandato o membro representante que, sem  
192 causa justificada, faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas do  
193 Colegiado Superior, ou tiver sofrido penalidade por infração incompatível com a dignidade  
194 da vida universitária” (aprovado sem alteração). “Art. 5º - Na falta ou impedimento do  
195 Presidente dos Colegiados Superiores, a presidência será exercida pelo seu substituto legal  
196 e, na ausência desse, pelo Pró-Reitor, membro do colegiado, mais antigo no exercício do  
197 magistério na Universidade ou, em igualdade de condições, pelo mais idoso. § 1º - Na  
198 ausência simultânea dos Pró-Reitores acima mencionados, a Presidência será exercida pelo  
199 membro do colegiado, mais antigo no magistério superior da Universidade. § 2º – Sempre  
200 que estiver presente à reunião de qualquer Colegiado da Universidade, o Reitor assumirá a  
201 presidência dos trabalhos” (aprovado com os acréscimos grifados). “Art. 6º - As reuniões  
202 dos Colegiados Superiores compreenderão uma parte de Expediente, destinada à discussão  
203 e aprovação da ata e a comunicações, e outra relativa à apreciação dos assuntos em pauta. §  
204 1º - Mediante consulta ao Plenário, por iniciativa própria ou a requerimento de membro  
205 presente à reunião, poderá o Presidente inverter a ordem dos trabalhos ou suspender a parte  
206 de comunicações. § 2º - Será facultado ao Conselheiro o direito de vista de qualquer  
207 processo, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) horas. § 3º - No regime de urgência, a concessão  
208 de vista será feita no decorrer da própria reunião, para que a matéria seja objeto de  
209 deliberação antes de seu encerramento” (aprovado com a substituição do termo  
210 comunicações no parágrafo 1º pelo termo Expediente). “Art. 7º - Para cada assunto  
211 constante da pauta, haverá uma fase de discussão e outra de votação, procedendo-se, em  
212 ambas, de acordo com a praxe seguida na condução dos trabalhos dos Colegiados  
213 Superiores” (aprovado sem alterações). “Art. 8º - As decisões dos Colegiados serão  
214 tomadas por maioria simples dos membros presentes, salvo disposição em contrário do  
215 Estatuto ou deste Regimento Geral. § 1º - A votação será simbólica, nominal ou secreta,  
216 adotando-se a terceira forma sempre que envolver nomes de pessoas. § 2º - O Presidente de  
217 Colegiado Superior terá apenas o voto de qualidade, exceto em caso de votação secreta,  
218 quando exercerá o voto ordinário. § 3º - Nenhum membro de Colegiado Superior poderá  
219 votar em assunto que, direta ou indiretamente, seja de seu interesse particular, de seu  
220 cônjuge, companheiro, descendente ou ascendente. § 4º - Ressalvados os impedimentos  
221 legais, nenhum membro dos Colegiados Superiores poderá abster-se de votar nos assuntos  
222 da pauta” (aprovado com a supressão do trecho grifado no parágrafo 2º). “Art. 9º - De cada  
223 reunião dos Colegiados Superiores será lavrada ata pelo Secretário, a qual será discutida e  
224 aprovada na reunião seguinte e, após a aprovação, assinada por ele e pelo Presidente”  
225 (aprovado sem alterações). “Art. 10 – Juntamente com o Expediente, será distribuída cópia

da ata da reunião anterior e, sempre que possível, cópia dos pareceres ou projetos de resolução a serem apreciados” (aprovado sem alterações). “Art. 11 – Além de aprovações, autorizações, homologações e outros atos que se resolvam em anotações, despachos e comunicações de Secretaria, as decisões dos órgãos colegiados poderão revestir-se da forma de resoluções, a serem baixadas pelo seu presidente” (aprovado sem alterações). “Art. 12 – O Reitor poderá vetar deliberações dos Colegiados Superiores até 10 (dez) dias após a reunião em que foram tomadas. § 1º - Vetada uma deliberação, o Reitor convocará o Colegiado Superior competente para, em reunião que se realizará dentro de 30 (trinta) dias, tomar conhecimento das razões do veto. § 2º - A rejeição do veto pela maioria de 2/3 (dois terços) da totalidade dos membros do Colegiado Superior competente implicará aprovação definitiva da deliberação impugnada” (discutido, em destaque, o parágrafo 2º, com a proposta do conselheiro Adriano Henrique Ferrarez, de alterar a maioria de 2/3 para a maioria absoluta dos membros do Colegiado, e a proposta contrária do conselheiro Luiz Aurélio Raggi, de manter a maioria de 2/3. Em votação, a proposta do conselheiro Luiz Aurélio Raggi foi aprovada por treze votos contra sete). “Art. 13 – É vedado o exercício cumulativo de mandato em mais de um Colegiado de deliberação superior da Universidade, ressalvado o caso do membro nato e do representante de um Órgão Colegiado superior em outro” (aprovado sem alterações). “Art. 14 – Em caso de urgência e, ou, inexistência de “quorum” para o funcionamento dos Colegiados Superiores, o Reitor poderá decidir “ad referendum”, submetendo a decisão ao respectivo Colegiado na primeira reunião que houver” (aprovada com o acréscimo grifado). “CAPÍTULO II - DAS ELEIÇÕES - Art. 15 – As eleições de representantes nos Colegiados Superiores serão convocadas pelo Reitor, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias, por meio de edital. § 1º - As eleições serão feitas por escrutínio secreto da seguinte forma: I – Representantes dos Docentes, efetivos e suplentes, pertencentes à carreira do Magistério e não investidos em Cargo de Direção ou Função Gratificada: a. a eleição será vinculada (por chapas) e só será considerada válida se o número de votantes corresponder à maioria absoluta dos docentes em condição de votar; b. serão consideradas eleitas as chapas que obtiverem a maioria absoluta dos votos apurados; e c. não tendo sido atingida a maioria absoluta, realizar-se-á um segundo turno, com a participação das duas chapas mais votadas, sendo eleita a que obtiver maior número de votos. II – Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos, integrantes do quadro permanente da Universidade e não investidos em Cargo de Direção ou Função Gratificada; III – Representantes dos Discentes, escolhidos dentre os alunos matriculados nos cursos de graduação e programas de pós-graduação “stricto sensu” da Universidade, permitida recondução” (as alterações aprovadas foram a menção à eleição vinculada, a substituição de “candidatos” por “chapas” e, no inciso III, acréscimo do trecho grifado). “§ 2º - Para as representações dos incisos II e III, serão consideradas eleitas as chapas mais votadas, {preenchendo, inicialmente, vagas de efetivos, e, posteriormente, de suplentes}” (aprovados substituir “candidatos” por “chapas”, e suprimir o trecho entre chaves e grifado). “§ 3º - Não serão admitidos votos por procuração nem votos cumulativos, quando o membro pertencer a duas categorias diferentes. § 4º - Na realização das eleições de representantes nos Colegiados Superiores, será nomeada, pelo Reitor, Comissão Eleitoral, composta de 3 (três) membros, que coordenará o processo. § 5º - A apuração das eleições será realizada na mesma sessão, e será lavrada ata sucinta, assinada pelos membros da Comissão Eleitoral, com a indicação individualizada dos

resultados obtidos, para homologação do Reitor”. “§ 6º - Nas eleições em que ocorrer empate, será considerada eleita a chapa cujo candidato efetivo seja mais antigo no exercício de suas atividades na Universidade e, ocorrendo novo empate, será considerado eleito quando mais idoso” (aprovado com os acréscimos grifados). “§ 7º - Do ato que homologar os resultados das eleições de representantes nos Colegiados Superiores, caberá recurso ao Conselho Universitário, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas , sem efeito suspensivo. § 8º - A perda da condição de integrante da Carreira de Magistério, do quadro permanente de Servidores Técnico-Administrativos e de integrante do Corpo Discente da Universidade, do eleito para membro dos Colegiados Superiores, acarretará a perda automática do respectivo mandato. Nesse caso, assumirá o suplente, para completar o mandato, e, no prazo de 60 (sessenta) dias, será eleito novo representante suplente, também para completar o mandato” (aprovado o artigo com as alterações especificadas). “CAPÍTULO III - DOS RECURSOS - Art. 16 – Das decisões proferidas pelas Autoridades Universitárias e pelos Órgãos Colegiados cabe: a. pedido de reconsideração; e b. recurso” (aprovado sem alteração). “Art. 17 – Entende-se por pedido de reconsideração, para os fins deste Regimento, o pedido de reexame da decisão feito pela parte interessada à própria autoridade ou ao Órgão Colegiado que expediu o ato ou proferiu decisão. Parágrafo único – O pedido de reconsideração não poderá ser renovado” (aprovado sem alteração). “Art. 18 – Considera-se recurso o pedido de reforma da decisão, dirigido à autoridade imediatamente superior a que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades. Parágrafo único – Cabe ao plenário respectivo apreciar recurso das decisões proferidas pelas autoridades que presidam Colegiados” (aprovado sem alteração). “Art. 19 – Caberá recurso: I – do indeferimento do pedido de reconsideração; II – das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos” (aprovado sem alteração). “Art. 20 – O pedido de reconsideração e o recurso de que tratam os artigos 16 a 18 deste Regimento deverão ser despachados no prazo de 5 (cinco) dias úteis e decididos dentro de 30 (trinta) dias” (aprovado com acréscimo do termo grifado). “Art. 21 – O pedido de reconsideração e o recurso serão encaminhados pelo órgão a que estiver subordinado o requerente, mediante protocolo do setor competente. Parágrafo único - Sendo o requerente estudante, o pedido de reconsideração e o recurso serão encaminhados por intermédio do respectivo Coordenador do Curso” (aprovado sem alteração). “Art. 22 – O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação da decisão, no informativo oficial da Universidade, ou da ciência pessoal do interessado, por meio de ofício, com protocolo de recebimento” (aprovado sem alteração). “Art. 23 – O recurso não terá efeito suspensivo, salvo se da execução imediata do ato ou da decisão recorrida resultar sua ineficácia, com prejuízo irreparável para o recorrente, no caso de seu provimento. § 1º – Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado. § 2º - A autoridade declarará, para os fins do parágrafo anterior, o efeito suspensivo, ou não, com que receberá o pedido de reconsideração ou do recurso. § 3º - Aceito o pedido de reconsideração ou julgado o recurso, será o processo devolvido à autoridade ou ao órgão de origem para o cumprimento da decisão proferida” (aprovado sem alteração). “Art. 24 – O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição” (aprovado sem alteração). “Art. 25 – Para o exercício do direito de petição, é assegurado vistas do processo ou documento, na repartição, ao docente, ao servidor técnico-administrativo, ao discente ou ao procurador por

eles constituído” (aprovado com acréscimo do termo grifado). “Art. 26 – Os requerimentos de que trata este título serão apresentados por escrito, contendo a fundamentação do pedido de reforma da decisão” (aprovado sem alteração). “Art. 27 – Das decisões de autoridades ou de órgãos da Universidade caberá pedido de reconsideração para a própria autoridade ou órgão, ou apresentação de recurso para a instância imediatamente superior, na forma seguinte: a. do Colegiado do Departamento para o Conselho Departamental, ou para a Câmara de Ensino, conforme a natureza da matéria; b. da Comissão Coordenadora do Curso para a Câmara de Ensino; c. da Câmara de Ensino para o Conselho Técnico de Graduação; d. do Conselho Departamental para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ou para o Conselho Universitário, conforme a natureza da matéria; e. dos Conselhos Técnicos competentes para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ou Conselho Universitário, conforme a natureza da matéria; f. do Reitor e dos Pró-Reitores para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ou Conselho Universitário, conforme a natureza da matéria; g. do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão para o Conselho Universitário” (aprovado com a substituição da palavra “ensino” por “graduação”, grifado; e acréscimo da letra “g”, grifado). Durante a discussão do Título II, chegou ao plenário o conselheiro José Luís Braga. “TÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO DOS CENTROS DE CIÊNCIAS E DOS DEPARTAMENTOS - CAPÍTULO I - DOS CENTROS DE CIÊNCIAS - Art. 28 – Os Centros de Ciências são os órgãos que administram o exercício simultâneo de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão em uma ou mais áreas de conhecimento, respeitadas as normas legais, estatutárias, regimentais e as resoluções dos órgãos competentes. Art. 29 – A administração do Centro de Ciências cabe ao Conselho Departamental e à Diretoria” (aprovado sem alteração). “SEÇÃO I - DO CONSELHO DEPARTAMENTAL - Art. 30 – O Conselho Departamental é o colegiado consultivo e deliberativo, de jurisdição superior, do Centro de Ciências, presidido pelo respectivo Diretor, competindo-lhe: I. coordenar a execução das políticas de ensino, pesquisa e extensão do respectivo Centro; II. compor o Colégio Eleitoral para indicação, em lista tríplice, dos nomes para a escolha do Diretor de Centro; III. elaborar o Regimento do Centro, bem como suas alterações, submetendo-o ao Conselho Universitário; IV. aprovar nomes de docente e de servidor técnico-administrativo para programas de capacitação, no País e no exterior; V. emitir parecer sobre a nomeação e contratação de pessoal docente, mediante proposta fundamentada dos Departamentos; VI. propor criação, desmembramento, fusão ou extinção de cursos e programas de pós-graduação; VII. deliberar sobre alocação e realocação de recursos no tocante à criação, extinção e distribuição de disciplinas; VIII. aprovar os programas analíticos das disciplinas dos programas de pós-graduação propostos pelos Departamentos, para posterior deliberação do respectivo Conselho Técnico; IX. aprovar nomes de docentes para atuarem na pós-graduação; X. aprovar o planejamento anual das atividades dos Departamentos e do Centro; XI. indicar ou designar, conforme o caso, representantes do Centro de Ciências nos conselhos; XII. estudar e propor a celebração de convênios de interesse do Centro de Ciências; XIII. designar membros de comissões especiais de professores para estudo de assuntos que interessam às atividades do Centro de Ciências; XIV. aprovar as propostas orçamentárias parciais elaboradas pelos Departamentos; XV. propor ao Conselho Universitário a concessão de dignidades universitárias; XVI. apreciar proposta de criação de novos Departamentos, bem como alteração na constituição dos existentes,



com vistas em sua aprovação pelo Conselho Universitário; XVII. estabelecer medidas normativas, de caráter administrativo, que visem ao melhor funcionamento do Centro de Ciências; XVIII. propor modificações regimentais e estatutárias; XIX. apreciar as propostas de elaboração e alteração dos regimentos dos Departamentos, submetendo-as ao Conselho Universitário; e XX. deliberar sobre casos omissos no âmbito de sua competência” (aprovado sem alteração). “Art. 31 – As decisões do Conselho Departamental serão sempre tomadas pela maioria dos membros presentes, obedecido o disposto no artigo 2º deste Regimento. Parágrafo único – O Presidente terá apenas direito ao voto de qualidade, {exceto em caso de votação secreta, quando exercerá o voto ordinário}” (aprovado com a supressão do trecho entre chaves e grifado). “SEÇÃO II - DA DIRETORIA DO CENTRO DE CIÊNCIAS - Art. 32 – A Diretoria é o órgão executivo do Centro, com estrutura orgânica própria, cabendo-lhe administrar as suas atividades” (aprovado sem alteração). “Art. 33 – Ao Diretor do Centro, escolhido e nomeado na forma da legislação vigente e do Estatuto da Universidade, compete, dentre outras funções decorrentes dessa condição: I. representar o Centro, administrar, supervisionar e coordenar suas atividades; II. zelar pelo bom desempenho das atividades do Centro; III. convocar e presidir as reuniões dos respectivos Colegiados do Centro; IV. presidir os colegiados dos Departamentos de seu Centro a cujas reuniões esteja presente, observado o disposto no artigo 18 do Estatuto; V. cumprir e fazer cumprir as deliberações dos Colegiados do Centro, dos Colegiados Superiores e dos órgãos da Administração Superior da Universidade; VI. cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto da Universidade, deste Regimento Geral e do Regimento do Centro; VII. apresentar ao Reitor, após aprovação pelo Conselho Departamental, relatório circunstanciado de sua administração no ano anterior, propondo as providências necessárias à maior eficiência das atividades; VIII. compatibilizar a proposta orçamentária do Centro, com base nas propostas dos Departamentos, para aprovação do Conselho Departamental e posterior encaminhamento à Reitoria, para elaboração do orçamento da Universidade; IX. emitir pareceres em assuntos de sua competência; X. apresentar ao Reitor, após aprovação pelo Conselho Departamental, o Plano Anual de Gestão do Centro; XI. sugerir ao órgão competente a abertura de processo administrativo disciplinar; XII. assegurar a ordem e a disciplina no âmbito do Centro, aplicando as sanções disciplinares que sejam de sua alçada; XIII. baixar atos, bem como delegar poderes, nos limites de suas atribuições; XIV. administrar o patrimônio do Centro, zelando pela sua conservação; XV. convocar as eleições nos Departamentos e nos Colegiados do Centro; XVI. propor a movimentação de servidores técnico-administrativos ao Conselho Universitário, quando essa não se restringir ao âmbito do Centro; XVII. em caso de urgência e, ou, inexistência de “quorum” para o funcionamento, o Diretor do Centro poderá decidir “ad referendum” do Conselho Departamental, ao qual a decisão será submetida na próxima reunião que houver” (aprovado sem alteração). “CAPÍTULO II - DO DEPARTAMENTO - Art. 34 – O Departamento é a unidade acadêmica básica da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal e compreenderá disciplinas afins. Parágrafo único – A Universidade compreende 28 (vinte e oito) Departamentos, sem prejuízo de outros que venham a ser criados, distribuídos por Centros de Ciências, da seguinte forma: I . Centro de Ciências Agrárias: a) Departamento de Economia Rural; b) Departamento de Engenharia Agrícola; c) Departamento de Engenharia Florestal; d) Departamento de Fitopatologia; e)

Departamento de Fitotecnia; f) Departamento de Solos; e g) Departamento de Zootecnia. II . Centro de Ciências Biológicas e da Saúde: a) Departamento de Biologia Animal; b) Departamento de Biologia Geral; c) Departamento de Biologia Vegetal; d) Departamento de Bioquímica e Biologia Molecular; e) Departamento de Educação Física; f) Departamento de Microbiologia; g) Departamento de Nutrição e Saúde; e h) Departamento de Veterinária. III. Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas: a) Departamento de Arquitetura e Urbanismo; b) Departamento de Engenharia Civil; c) Departamento de Física; d) Departamento de Informática; e) Departamento de Matemática; f) Departamento de Química; e g) Departamento de Tecnologia de Alimentos. IV. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes: a) Departamento de Administração; b) Departamento de Direito; c) Departamento de Economia; d) Departamento de Economia Doméstica; e) Departamento de Educação; e f) Departamento de Letras e Artes” (aprovado sem alteração). “Art. 35 – A administração do Departamento compete ao Colegiado do Departamento e à Chefia” (aprovado sem alteração). “SEÇÃO I - DO COLEGIADO DO DEPARTAMENTO - Art. 36 – O Colegiado do Departamento é o órgão consultivo e deliberativo do Departamento, cuja composição e funcionamento serão estabelecidos em regimento próprio” (aprovado sem alteração). “Art. 37 – Ao Colegiado do Departamento caberá: I. propor o regimento do Departamento ou sua alteração, para apreciação do Conselho Departamental e aprovação do Conselho Universitário; II. organizar a lista tríplice, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 33 do Estatuto da Universidade, visando à designação do Chefe de Departamento pelo Reitor, mediante indicação do Diretor do Centro; III. definir o orçamento do Departamento, a ser submetido ao Conselho Departamental, para integrar a proposta orçamentária do Centro, com vistas em seu encaminhamento à Reitoria, para elaboração do orçamento da Universidade; IV. aprovar nomes de representantes do Departamento para compor comissões, câmaras e conselhos; V. indicar nome de docente para atuar na pós-graduação; VI. definir prioridades de áreas para abertura de concurso público de docentes; VII. aprovar os procedimentos complementares dos concursos públicos de docentes; VIII. propor a criação ou extinção de disciplinas de graduação e pós-graduação à Câmara de Ensino e ao Conselho Departamental, conforme o caso; IX. atribuir encargos didáticos ao pessoal docente, bem como supervisionar o desenvolvimento das atividades acadêmicas; X. apreciar o plano anual de atividades acadêmicas do Departamento, para aprovação do Conselho Departamental; XI. aprovar os projetos de pesquisa e de extensão do Departamento; XII. aprovar as propostas de consultorias e prestação de serviços dos docentes do Departamento; XIII. propor plano de capacitação docente, a ser submetido ao Conselho Departamental; XIV. propor o plano de expansão do quadro de pessoal e da área física do Departamento, submetendo-o ao Conselho Departamental; XV. propor as assinaturas de convênios, contratos, acordos e protocolo de intenção ao Conselho Departamental; XVI. deliberar sobre as viagens técnicas de curta duração – até 15 (quinze) dias – dos docentes, bem como os respectivos relatórios; XVII. escolher a comissão de avaliação final de estágio probatório do docente, composta de três docentes de classe igual ou superior ao do avaliado, presidida pelo Chefe de Departamento; e XVIII. opinar sobre a avaliação final do docente, encaminhando à Comissão Permanente do Pessoal Docente, para relato, e aos Colegiados Superiores, para aprovação” (aprovado com substituição do termo “indicar” por “aprovar”, grifado, no inciso IV, e substituição do termo “aprovar” por “deliberar”, grifado, no inciso XVI). “Art. 38 – As decisões do Colegiado do Departamento

serão sempre tomadas pela maioria dos membros presentes, obedecido o disposto no artigo 2º deste Regimento. Parágrafo único – O Presidente terá apenas o voto de qualidade {exceto em caso de votação secreta, quando exercerá o voto ordinário}” (aprovado com a supressão do trecho entre chaves e grifado). “SEÇÃO II - DA CHEFIA DO DEPARTAMENTO - Art. 39 – A Chefia do Departamento é o órgão executivo do Departamento, cabendo-lhe administrar as suas atividades” (aprovado sem alteração). “Art. 40 - Compete ao Chefe do Departamento: I. administrar e representar o Departamento; II. convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Departamento; III. apresentar ao Conselho Departamental, após aprovação pelo Colegiado do Departamento, o Plano Anual de Gestão, envolvendo as atividades de ensino, pesquisa e extensão; IV. apresentar, no final de cada ano letivo, ao Conselho Departamental, após aprovação pelo Colegiado do Departamento, o relatório de atividades, sugerindo as providências cabíveis para maior eficiência do ensino, da pesquisa e da extensão; V. encaminhar ao Conselho Departamental, em tempo hábil, a proposta orçamentária, aprovada pelo Colegiado do Departamento; VI. zelar pela ordem e pelo patrimônio no âmbito do Departamento, adotando as medidas cabíveis e, se necessário, representando ao Diretor do Centro, para as providências; VII. cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto da Universidade, deste Regimento Geral, do Regimento do Centro e do Departamento, as deliberações dos Colegiados Superiores e dos órgãos da Administração Superior, as do Conselho Departamental, bem como as do Colegiado do Departamento; VIII. fiscalizar a observância do Regime Didático, o cumprimento dos programas de ensino e a execução dos demais planos de trabalho; IX. atestar a frequência dos docentes e servidores técnico-administrativos lotados no Departamento, comunicando-a ao órgão competente; X. orientar e acompanhar o docente ou servidor técnico-administrativo em estágio probatório, desencadeando o processo de avaliação de desempenho e, se for o caso, presidindo a comissão específica, que será escolhida pelo Colegiado do Departamento; XI. baixar atos, bem como delegar poderes, nos limites de suas atribuições; e XII. em caso de urgência e, ou, inexistência de “quorum” para o funcionamento, o Chefe do Departamento poderá decidir “ad referendum” do Colegiado do Departamento, ao qual a decisão será submetida na próxima reunião que houver” (aprovado com as alterações grifadas nos incisos VI, IX e X). “TÍTULO IV - DA GESTÃO ACADÊMICA - CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES – Art. 41 – O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é o órgão superior de coordenação e supervisão das atividades de ensino, pesquisa e extensão, como funções normativas, consultivas e deliberativas, no plano didático-científico” (aprovado sem alteração). Após a aprovação do artigo 41, às doze horas, a reunião foi suspensa. **Terceira sessão** - iniciada às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos, na Sala de Reuniões da Reitoria da Universidade Federal de Viçosa, em Viçosa, Minas Gerais, sob a presidência do professor Luiz Sérgio Saraiva, reitor, e secretariada pelo professor Paulo Shikazu Toma, secretário de Órgãos Colegiados. Compareceram os conselheiros nominados na segunda sessão, à exceção dos conselheiros Josefinha Bressan Resende Monteiro, suplente do conselheiro George Henrique Kling de Moraes, Márcio Sampaio Sarmet Moreira, suplente do conselheiro Roberto Andrea Müller, Luiz Antônio Maffia, Geraldo José da Silva Santana e Paulo Roberto da Silva. Compareceram, ainda, os conselheiros George Henrique Kling de Moraes, José Luís Braga e Carlos Gomes da Cunha. “CAPÍTULO II – DOS CONSELHOS TÉCNICOS – Art. 42 – A supervisão geral das atividades de ensino, em seus diferentes níveis e modalidades,

de pesquisa e extensão, ficará a cargo dos Conselhos Técnicos das Pró-Reitorias de Ensino, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão e Cultura, cujas composições, competências e funcionamentos serão estabelecidos em regimentos próprios. § 1º - A supervisão geral dos cursos de graduação, sequenciais e de nível médio ficará a cargo do Conselho Técnico de Graduação. § 2º - A supervisão geral dos cursos de pós-graduação ficará a cargo do Conselho Técnico de Pós-Graduação. § 3º - A supervisão geral das atividades de pesquisa ficará a cargo do Conselho Técnico de Pesquisa. § 4º - A supervisão geral das atividades de extensão e cultura ficará a cargo do Conselho Técnico de Extensão e Cultura” (aprovado com as alterações, grifadas, nos parágrafos 1º e 4º). “CAPÍTULO III - DAS CÂMARAS DE ENSINO - Art. 43 - A gestão didático-pedagógica do ensino de graduação de um Centro de Ciências será exercida por uma Câmara de Ensino, ressalvadas as competências do Conselho Técnico de Graduação e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão” (aprovado sem alteração). “Art. 44 - A Câmara de Ensino será constituída por: I. Diretor do Centro de Ciências, na qualidade de Presidente; II. Coordenadores dos cursos de graduação vinculados ao Centro; III. 1 (um) membro docente da Comissão de Ensino de cada Departamento vinculado ao Centro, indicado pelo respectivo Colegiado, com mandato de 2 (dois) anos, excetuados os casos de departamentos já representados por Coordenador de Curso; IV. 1 (um) representante docente de cada um dos demais Centros de Ciências, escolhido pela respectiva Câmara de Ensino, com mandato de 2 (dois) anos; V. 1 (um) representante docente dos cursos de pós-graduação vinculados ao Centro, indicado pelo Conselho Departamental, com mandato de 2 (dois) anos; VI. 2 (dois) representantes estudantis eleitos, pelos seus pares, entre os estudantes dos cursos de graduação vinculados ao Centro de Ciências, com os respectivos suplentes, com mandatos de 1 (um) ano, permitida a recondução. Parágrafo único – Os representantes estudantis e seus suplentes, referidos no inciso VI deste artigo, deverão ter cumprido no mínimo 40% da carga horária de seus cursos e não terem mais de um coeficiente de rendimento insuficiente em seus históricos escolares, do que dependerá, também, sua permanência na Câmara” (aprovado com a inclusão do trecho grifado no inciso VI, e redução de 50% para 40%, grifado, e inclusão do trecho grifado no parágrafo único). “Art. 45 – À Câmara de Ensino compete: I. propor política de desenvolvimento do ensino de graduação para o Centro de Ciências; II. exercer o acompanhamento didático-pedagógico das disciplinas e dos cursos oferecidos pelo Centro, coordenando os processos de avaliação conduzidos pelas Comissões Coordenadoras; III. deliberar, ouvidas as Comissões Coordenadoras e os Departamentos, a respeito de modificação de programa analítico e criação ou extinção das disciplinas oferecidas apenas para os cursos do Centro; IV. analisar as propostas de modificações dos currículos dos cursos do Centro; V. pronunciar-se a respeito dos critérios de seleção para preenchimento de vagas ociosas nos cursos; VI. deliberar sobre as solicitações de estudantes, concernentes a assuntos relativos a disciplinas, no âmbito de sua competência; VII. deliberar sobre equivalência de disciplinas; VIII. deliberar sobre as solicitações concernentes a transferência, mudança de curso, ingresso de portador de diploma e rematrícula; IX. definir e avaliar, periodicamente, a composição das Comissões Coordenadoras dos cursos do Centro; X. propor a criação ou a extinção de cursos no âmbito do Centro; XI. definir e propor medidas que estimulem a interação interdisciplinar dos cursos, Departamentos e Centros de Ciências, e da graduação e pós-graduação; e XII. pronunciar-se sobre a política de contratação, capacitação e treinamento de docentes do

Centro” (aprovado com a inclusão do trecho grifado no inciso VI). “Art. 46 – A Câmara de Ensino reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, duas vezes por período letivo e, extraordinariamente, sempre que for convocada por seu Presidente ou por 2/3 de seus membros” (aprovado sem alteração). “Art. 47 - As decisões da Câmara de Ensino serão sempre tomadas pela maioria dos membros presentes, obedecido o disposto no artigo 2º deste Regimento. Parágrafo único – O Presidente terá apenas o voto de qualidade {exceto em caso de votação secreta, quando exercerá o voto ordinário}” (aprovado com a supressão do trecho entre chaves e grifado). “CAPÍTULO IV – DA COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO - Art. 48 - A coordenação didático-pedagógica de cada curso de graduação, sob a administração dos Centros de Ciências, será exercida por uma Comissão Coordenadora” (aprovado sem alteração). “SEÇÃO I – DA COMISSÃO COORDENADORA - Art. 49 - A Comissão Coordenadora será constituída por: I. 4 (quatro) professores, no mínimo, escolhidos pelo Diretor de Centro de Ciências, a partir de listas tríplices organizadas pelos Colegiados dos Departamentos, conforme composição definida pela Câmara de Ensino, com mandatos de 4 (quatro) anos; II. 1 (um) representante dos estudantes do curso, eleito por seus pares, com mandato de um ano, e seu suplente, permitida a recondução. § 1º - Em caso de Departamento com 2 (dois) ou mais representantes, os nomes deverão ser indicados em lista sêxtupla. § 2º - A composição da Comissão Coordenadora deverá contar com a representação de, pelo menos, 2 (dois) Departamentos. § 3º - O representante estudantil e seu suplente deverão ter cumprido pelo menos 40% da carga horária de seu curso e não terem mais de um coeficiente de rendimento insuficiente em seus históricos escolares, do que dependerá, também, sua permanência na Comissão” (aprovado com o trecho grifado no inciso II, redução de 50% para 40% e inclusão do trecho grifado no parágrafo 3º). “Art. 50 - À Comissão Coordenadora compete: I. exercer a coordenação didático-pedagógica do curso, segundo as normas vigentes; II. aprovar os Planos de Estudos dos estudantes do curso; III. avaliar, anualmente, o desenvolvimento do curso, encaminhando relatório circunstanciado à Câmara de Ensino, até a 4ª semana do 1º período letivo de cada ano; IV. organizar o currículo do curso, propondo as disciplinas obrigatórias e optativas e a sequência indicativa de estudos; V. propor modificações no currículo do curso, em resposta às avaliações procedidas; VI. propor aos Departamentos competentes a criação de disciplinas de interesse do curso; VII. opinar a respeito do programa analítico das disciplinas do curso, sugerindo modificações, quando isso se fizer necessário para os objetivos do curso; VIII. propor critérios de preenchimento de vagas do curso; IX. decidir sobre aproveitamento de créditos ouvidos os Departamentos, quando necessário; X. pronunciar-se sobre solicitação de estudante para cursar disciplinas em outras instituições de ensino; XI. indicar, ao Diretor de Centro, os professores orientadores auxiliares, se necessário; XII. indicar, ao Conselho Técnico de Graduação, a cada semestre, os nomes dos estudantes aptos a colarem grau; XIII. deliberar sobre as solicitações de estudantes do curso, concernentes aos seus planos de estudos; e XIV. opinar e, ou, deliberar sobre solicitações de estudantes e outros assuntos concernentes ao curso, não previstos nos incisos anteriores, em consonância com os Órgãos Superiores” (aprovado sem alteração). “Art. 51 - A Comissão Coordenadora reunir-se-á, ordinariamente, quatro vezes por período letivo e, extraordinariamente, sempre que for convocada por seu Presidente ou pela maioria de seus membros” (aprovado sem alteração). “Art. 52 – As decisões da Comissão Coordenadora serão tomadas pela maioria dos

586 membros presentes, obedecido o disposto no artigo 2º deste Regimento. Parágrafo único –  
587 O Presidente votará e, em caso de empate, exercerá o voto de qualidade” (aprovado sem  
588 alteração). “Art. 53 - O Centro de Ciências assegurará às Comissões Coordenadoras a ele  
589 vinculadas o apoio físico e humano necessário ao exercício de suas funções” (aprovado sem  
590 alteração). “SEÇÃO II - DO COORDENADOR DE CURSO - Art. 54 - O Coordenador do  
591 Curso, a quem caberá a presidência da Comissão Coordenadora, será indicado, dentre seus  
592 membros docentes, pelo Diretor do Centro e designado pelo Reitor. Parágrafo único – Cada  
593 Coordenador de Curso terá seu suplente designado pelo Diretor do Centro de Ciências”  
594 (aprovado sem alteração). “Art. 55 - O mandato do Coordenador do Curso e de seu suplente  
595 será de 2 (dois) anos, permitida a recondução” (aprovado sem alteração). “Art. 56 - São  
596 atribuições do Coordenador: I. convocar e presidir as reuniões da Comissão Coordenadora  
597 do Curso; II. encaminhar os processos, com pareceres e deliberações da Comissão  
598 Coordenadora, aos órgãos competentes; III. coordenar a orientação acadêmica dos alunos  
599 do curso; IV. zelar pelo cumprimento das disposições legais e regimentais concernentes ao  
600 curso; V. manter atualizados os dados históricos do curso referentes a alterações  
601 curriculares e programas de disciplinas; VI. manter atualizado banco de dados sobre os  
602 estudantes e egressos do curso, visando ao processo de avaliação; VII. representar o curso  
603 na Câmara de Ensino do Centro e no Conselho Técnico de Graduação, como membro nato;  
604 e VIII. identificar as necessidades do curso e promover gestões para seu equacionamento”  
605 (aprovado sem alteração). Durante a discussão do Capítulo IV, do Título V retirou-se do  
606 plenário o professor Luiz Sérgio Saraiva, reitor, passando a presidência ao professor Carlos  
607 Sigueyuki Sedyama, vice-reitor. “CAPÍTULO V – DA COORDENAÇÃO DOS  
608 PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO “STRICTO SENSU” – SEÇÃO I - DA  
609 COMISSÃO COORDENADORA - Art. 57 - A coordenação didático-científica de cada  
610 programa de pós-graduação, sob administração departamental, será exercida por uma  
611 Comissão Coordenadora, constituída por: a) 1 (um) Coordenador, como seu Presidente,  
612 indicado pelo Chefe do Departamento e designado pelo Reitor, dentre os nomes constantes  
613 de uma lista tríplice organizada por seus pares, com mandato vinculado ao do Chefe do  
614 Departamento; b) 3 (três) professores, eleitos por seus pares; c) 1 (um) representante dos  
615 estudantes do programa, eleito por seus pares. Parágrafo único - Para cumprimento do  
616 disposto nas letras "a" e "b" deste artigo, entendem-se por pares os professores que formam  
617 o grupo de Orientadores do Programa. Para a letra "c", todos os estudantes matriculados no  
618 Programa” (aprovado sem alteração). “Art. 58 - A coordenação didático-científica de cada  
619 programa de pós-graduação, sob administração interdepartamental, será exercida por uma  
620 Comissão Coordenadora, constituída por: a) 1 (um) professor, representante de cada  
621 Departamento envolvido em sua administração, indicado pelo Chefe de seu Departamento,  
622 dentre os professores orientadores, eleitos em lista tríplice, organizada por seus pares; e b) 1  
623 (um) representante dos estudantes do programa, eleito por seus pares. § 1º - No caso de  
624 apenas dois departamentos envolvidos, cada um terá dois representantes. § 2º – O  
625 Coordenador será um dos membros da Comissão Coordenadora, eleito pelos pares e  
626 designado pelo Reitor, obedecendo a um rodízio entre os Departamentos envolvidos, e terá  
627 mandato definido pelo regimento do programa” (aprovado sem alteração). Art. 59 – O  
628 mandato dos membros da Comissão Coordenadora será de 4 (quatro) anos, à exceção do  
629 representante estudantil, cujo mandato será de 1 (um) ano, permitida a recondução.  
630 Parágrafo único – Caso um membro docente da Comissão Coordenadora peça demissão ou

se afaste antes do término do seu mandato, será eleito outro membro por seus pares, com mandato de 4 (quatro) anos” (aprovado com a inclusão dos termos grifados). “Art. 60 – Os membros docentes da Comissão Coordenadora serão eleitos em reunião convocada e presidida pelo Chefe do Departamento” (aprovado sem alteração). “Art. 61 – Haverá apenas uma Comissão Coordenadora para cada programa, ainda que ministrado nos níveis de Mestrado e Doutorado” (aprovado sem alteração). “Art. 62 - À Comissão Coordenadora compete: a) definir as disciplinas da área de concentração, bem como as do domínio conexo, estabelecendo a sua natureza, obrigatória ou optativa, para posterior aprovação dos órgãos competentes; b) estabelecer requisitos específicos do programa; c) indicar os professores orientadores do programa; d) organizar instruções, normas, planos ou projetos relativos ao programa e submetê-los à apreciação dos órgãos competentes; e) propor aos departamentos competentes a criação de disciplinas necessárias ao programa; f) opinar a respeito do programa analítico das disciplinas da área de concentração ou obrigatórias, sugerindo modificações, quando isso se fizer necessário ao alcance dos objetivos do programa; g) selecionar candidatos qualificados para admissão no programa; h) estabelecer normas para funcionamento de Seminário; i) aprovar a constituição das Comissões Orientadoras; j) propor ou opinar a respeito da exclusão de estudantes do programa, por motivos acadêmicos ou disciplinares; l) indicar candidatos a bolsas de estudo; m) apreciar ou propor convênios ou ajustes de cooperação de caráter acadêmico ou financeiro, para suporte ou desenvolvimento do programa; n) receber, apreciar, deliberar ou encaminhar, se necessário, sugestões, reclamações, representações ou recursos, de estudantes ou professores, sobre qualquer assunto de natureza didático-científica, pertinentes ao programa; o) indicar ao Conselho de Pós-Graduação os candidatos em condições de receber títulos de pós-graduação; e p) atuar como órgão informativo e consultivo do Conselho de Pós-Graduação” (aprovado sem alteração). “SEÇÃO II - DO COORDENADOR DO PROGRAMA - Art. 63 – Em caso de seu impedimento, o Coordenador deverá indicar ao Chefe de seu Departamento um dos membros da Comissão Coordenadora para responder pela Coordenação do programa durante sua ausência, sendo ele designado por portaria do Reitor” (aprovado sem alteração). “Art. 64 - São atribuições específicas do Coordenador: a) convocar e presidir as reuniões da Comissão Coordenadora do programa; b) assinar, quando necessário, processos ou documentos submetidos ao julgamento da Comissão Coordenadora; c) encaminhar os processos e deliberações da Comissão Coordenadora às autoridades competentes; d) exercer a orientação pedagógica dos estudantes do programa, subsidiariamente ao Orientador; e) aprovar os Planos de Estudos dos estudantes do programa; f) promover entendimentos, com a finalidade de obter recursos humanos e materiais para suporte do desenvolvimento do programa; g) representar o programa no Conselho de Pós-Graduação, como membro nato; h) indicar a constituição das bancas para defesa de tese e para o exame de qualificação, a serem designadas pelo Presidente do Conselho de Pós-Graduação” (aprovado sem alteração). “SEÇÃO III – DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU” – Art. 65 – As formas de administração e as normas de criação e funcionamento de cada curso serão estabelecidas em regimentos próprios e no Regimento de Pós-Graduação” (aprovado sem alteração). “TÍTULO V - DO REGIME DIDÁTICO-CIENTÍFICO - CAPÍTULO I - DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS - Art. 66 – A Universidade oferecerá as seguintes modalidades de cursos e programas: I. de graduação, abertos à matrícula de candidatos que

tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo; II. de pós-graduação, compreendendo programas de Mestrado e Doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em curso de graduação e que atendam às exigências estabelecidas pela Instituição; III. de extensão, abertos a candidatos que satisfaçam os requisitos estabelecidos pela Instituição; e IV. cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência. Parágrafo único – A Universidade também poderá oferecer o ensino médio propedêutico ou tecnológico” (aprovado sem alteração). “SEÇÃO I - DA GRADUAÇÃO - Art. 67 – Os cursos de graduação habilitam os alunos à obtenção de graus acadêmicos, que lhes permitam o exercício profissional em áreas específicas, abertos a candidatos que hajam concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo, nos limites das vagas prefixadas pela Universidade. Parágrafo único – A duração dos cursos leva em conta o número de anos e horas, respeitados os tempos mínimo e máximo permitidos pela legislação vigente” (aprovado sem alteração). “Art. 68 – As normas que regulam o Regime Didático serão as constantes no Catálogo de Graduação da Universidade, em vigor, aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Parágrafo único – As disposições do Regime Didático, constantes no Catálogo de Graduação, poderão ser modificadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, quando necessário, mesmo durante a sua vigência, sem que isto autorize qualquer pedido de reconsideração ou recurso” (aprovado sem alteração). “Art. 69 – O aluno cumprirá o Currículo Pleno constante no Catálogo de Graduação em vigor no ano de seu ingresso na Universidade, podendo, no entanto, optar por outro Catálogo posterior” (aprovado sem alteração). “SEÇÃO II - DA PÓS-GRADUAÇÃO “STRICTO SENSU” - Art. 70 – A Pós-Graduação “stricto sensu” tem a finalidade de proporcionar aos estudantes formação científico-cultural ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade criativa e o potencial para a pesquisa, nos diferentes campos do saber, concedendo títulos de Mestre e Doutor” (aprovado sem alteração). “Art. 71 – As normas que regulam a Pós-Graduação são as constantes no Catálogo de Pós-Graduação, em vigor, aprovadas pelos Colegiados Superiores. Parágrafo único – As disposições do Regimento da Pós-Graduação, constantes no Catálogo de Pós-Graduação, poderão ser modificadas pelos Colegiados Superiores competentes, quando necessário, mesmo durante a sua vigência, sem que isso autorize qualquer pedido de reconsideração ou recurso” (aprovado sem alteração). “SEÇÃO III - DA PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU” - Art. 72 – A Pós-Graduação “Lato Sensu”, que compreende os cursos de especialização e aperfeiçoamento, orientada pelos princípios básicos da educação permanente, tem a finalidade de proporcionar a complementação e o aprofundamento de conhecimentos em determinada área do saber” (aprovado sem alteração). “Art. 73 – As normas que regulam a Pós-Graduação “Lato Sensu” são as constantes no Catálogo de Pós-Graduação, em vigor, aprovadas pelos Colegiados Superiores competentes. Parágrafo único – As disposições do Regimento, no que diz respeito à Pós-Graduação “Lato Sensu”, constantes no Catálogo de Pós-Graduação, poderão ser modificadas pelos Colegiados Superiores competentes, quando necessário, mesmo durante a sua vigência, sem que isso autorize qualquer pedido de reconsideração ou recurso” (aprovado sem alteração). “SEÇÃO IV - DA EXTENSÃO - Art. 74 – A Universidade contribuirá para o desenvolvimento da comunidade e da sociedade, mediante atividades de extensão, a serem realizadas conforme programas ou projetos específicos. §



1º - O Conselho Técnico de Extensão e Cultura submeterá a proposta de política de extensão e cultura, ou suas alterações, à aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. § 2º - As atividades de extensão poderão realizar-se na forma de serviços, eventos ou cursos, de natureza educativa, tecnológica, cultural ou desportiva, desenvolvidas com as comunidades, sendo regulamentadas pelos Colegiados Superiores competentes” (aprovado sem alteração). “SEÇÃO V - DOS CURSOS SEQUENCIAIS - Art. 75 – Os cursos sequenciais por campo de saber, de nível superior, destinam-se à obtenção ou atualização: I. de qualificações técnicas, profissionais ou acadêmicas; II. de horizontes intelectuais em campos das ciências, das humanidades e das artes” (aprovado sem alteração). “Art. 76 – Os campos de saber dos cursos sequenciais terão abrangência definida em cada caso, mantendo uma lógica interna e podendo compreender: I. parte de uma ou mais das áreas fundamentais do conhecimento; II. parte de uma ou mais das aplicações técnicas ou profissionais das áreas fundamentais do conhecimento” (aprovado sem alteração). “Art. 77 – Os cursos sequenciais, por campo de saber, estarão abertos a candidatos, portadores de certificados de nível médio ou equivalente, que atendam à legislação vigente e às normas da Universidade. Parágrafo único – O Conselho Técnico de Graduação submeterá as normas que regulamentarão a oferta desses cursos à aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão” (aprovado com a substituição do termo “ensino” por “graduação”, grifado). “SEÇÃO VI - DA PESQUISA - Art. 78 – A Universidade desenvolverá pesquisa, nas suas diferentes modalidades, indissociável do ensino, com o objetivo de ampliar o acervo de conhecimentos ministrados em seus cursos e programas, bem como contribuir para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Parágrafo único – O Conselho Técnico de Pesquisa submeterá a proposta de política de pesquisa à aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão” (aprovado sem alteração). “Art. 79 – A Universidade incentivará a pesquisa, dentre outros, por intermédio de: I. concessão de apoio, visando à execução de projetos, nas diversas áreas do conhecimento; II. intercâmbio com outras instituições científicas, estimulando os contatos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos comuns; III. realização de convênios com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, visando ao desenvolvimento de programas de investigação científica; IV. divulgação dos resultados das pesquisas realizadas; V. promoção de congressos, simpósios, seminários e outros eventos, para estudo e debate de temas científicos, bem como estimular a participação do corpo docente em iniciativas semelhantes de outras instituições; VI. captação de recursos junto a entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, para: a) concessão de bolsas em diversas categorias; e b) aplicação nos projetos de pesquisa” (aprovado com a inclusão dos termos grifados no inciso III). “CAPÍTULO II - DOS DIPLOMAS, CERTIFICADOS, TÍTULOS E MEDALHAS - Art. 80 – A Universidade conferirá diplomas, certificados, títulos e medalhas, a saber: I. diplomas de graduação e títulos de pós-graduação “stricto sensu”; II. diplomas ou certificados de cursos sequenciais; III. certificados de especialização, aperfeiçoamento e extensão; IV. títulos honoríficos; e V. medalhas. Parágrafo único – As normas que regem a entrega de títulos e medalhas, previstos nos incisos IV e V, constarão de regulamentos específicos, aprovados pelo Conselho Universitário” (aprovado sem alteração). “Art. 81 – A conferência de grau aos concluintes dos cursos de graduação {e a outorga de título, aos concluintes de pós-graduação “stricto sensu”} será feita em sessão solene e conjunta dos Colegiados Superiores, sob a presidência do Reitor. § 1º - Será

766 permitido aos concluintes de pós-graduação “stricto sensu” receberem o título na sessão  
767 solene referida no “caput” deste artigo. § 2º - Excepcionalmente, quando o concluinte de  
768 curso superior não comparecer à solenidade prevista no “caput” deste artigo, poderá ser-lhe  
769 conferido grau, em sessão simples, realizada perante o Diretor do respectivo Centro de  
770 Ciências, lavrando-se ata referente ao ato” (aprovado com a supressão do trecho entre  
771 chaves e grifado no “caput” e com a alteração, grifada, no parágrafo 2º). “Art. 82 – A  
772 Universidade, nos termos da legislação vigente, registrará seus diplomas e revalidará os  
773 diplomas de graduação ou pós-graduação expedidos por universidades estrangeiras”  
774 (aprovado sem alteração). Durante a discussão do Título V, chegou ao plenário a  
775 conselheira Elza Maria Vidigal Guimarães, suplente do conselheiro Orlando Monteiro da  
776 Silva. “TÍTULO VI - DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA - Art. 83 – A comunidade  
777 universitária é constituída pelos corpos docente, técnico-administrativo e discente,  
778 diversificados em suas atribuições e funções e unificados em seus objetivos” (aprovado sem  
779 alteração). “CAPÍTULO I - DO CORPO DOCENTE - Art. 84 – O corpo docente é  
780 constituído pelos integrantes das carreiras do Magistério da Educação Superior e do  
781 Magistério do Ensino Médio e pelos demais professores contratados na forma da lei”  
782 (aprovado sem alteração). “Art. 85 – A carreira do magistério da Educação Superior  
783 compreende as classes de: I. Professor Auxiliar; II. Professor Assistente; III. Professor  
784 Adjunto; e IV. Professor Titular. Parágrafo único – Para cada classe, haverá quatro níveis,  
785 exceto para a de Titular” (aprovado sem alteração). “Art. 86 – A carreira do magistério do  
786 Ensino Médio compreende as classes de: I. C; II. D; III. E; e IV. Professor Titular.  
787 Parágrafo único – Para cada classe, haverá quatro níveis, exceto para a de Titular”  
788 (aprovado sem alteração). “Art. 87 – As classes das carreiras do magistério da Educação  
789 Superior e do Ensino Médio, referidos nos artigos 85 e 86 deste Regimento, obedecerão à  
790 legislação vigente e ao Regimento de Admissão, Promoção e Aperfeiçoamento do Pessoal  
791 Docente da Universidade (RAPAPD), aprovado pelo Conselho Universitário” (aprovado  
792 sem alteração). “SEÇÃO I - DAS ATIVIDADES - Art. 88 – São consideradas atividades  
793 acadêmicas, próprias do pessoal docente da Educação Superior: I. as pertinentes ao ensino,  
794 à pesquisa e à extensão, que, indissociáveis, visem à aprendizagem, à produção do  
795 conhecimento e à ampliação e transmissão do saber e da cultura; II. as que estendem à  
796 comunidade as atividades de ensino e os resultados da pesquisa, na forma de cursos e  
797 serviços especiais; III. as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia,  
798 coordenação e assistência na própria instituição, bem como nos casos previstos em lei”  
799 (aprovado sem alteração). “Art. 89 – São consideradas atividades próprias do pessoal  
800 docente do Ensino Médio: I. as relacionadas, predominantemente, com o ensino, no âmbito  
801 das unidades de ensino médio, e as relacionadas com a pesquisa, bem como as que se  
802 estendem à comunidade, na forma de cursos e serviços especiais; II. as inerentes ao  
803 exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria  
804 instituição, além das previstas na legislação vigente” (aprovado sem alteração). “SEÇÃO  
805 II - DOS DIREITOS E DEVERES - Art. 90 – Os direitos e vantagens do corpo docente  
806 serão os previstos na Constituição Federal e legislação em vigor” (aprovado sem alteração).  
807 “Art. 91 – São deveres do corpo docente, além dos previstos na legislação vigente: I.  
808 submeter à apreciação do Colegiado do Departamento as alterações, se necessário, dos  
809 programas das disciplinas, os projetos de pesquisa e as atividades de extensão, visando ao  
810 planejamento anual das atividades acadêmicas do Departamento; II. executar o

planejamento anual das atividades acadêmicas do Departamento, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão; III. cumprir e fazer cumprir a legislação vigente, o Estatuto, o Regimento Geral, o Regimento do Departamento e todas as normas aprovadas pelos Colegiados da Universidade; IV. cumprir a jornada de trabalho, nos termos do artigo 93 deste Regimento Geral; V. atender às convocações dos respectivos Presidentes dos Colegiados da Universidade, bem como às demais convocações feitas pelas autoridades universitárias; VI. acatar as determinações das autoridades universitárias constituídas. Parágrafo único – A falta de cumprimento de seus deveres sujeitará o docente às penalidades previstas na legislação em vigor” (aprovado sem alteração). “SEÇÃO III - DO INGRESSO - Art. 92 – O ingresso na carreira do magistério dar-se-á por concurso público, no nível inicial de qualquer classe, obedecida a legislação vigente e o RAPAPD. Parágrafo único – O acesso à classe de Professor Titular dar-se-á mediante concurso público de títulos e provas, atendida a legislação vigente e o RAPAPD” (aprovado sem alteração). “SEÇÃO IV - DO REGIME DE TRABALHO - Art. 93 – O regime de trabalho da carreira do magistério será: I. dedicação exclusiva, com obrigação de prestar 40 (quarenta) horas semanais de trabalho e impedimento de exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada; II. tempo integral de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho. Parágrafo único – Excepcionalmente, tendo em vista o interesse e a conveniência da Instituição, será possível o tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho, mediante aprovação dos Colegiados Superiores” (aprovado sem alteração). “SEÇÃO V - DA PROGRESSÃO - Art. 94 – A progressão nas carreiras de magistério ocorrerá exclusivamente por desempenho acadêmico ou por titulação, atendida a legislação vigente e o RAPAPD: I. de um nível para o imediatamente superior, dentro da mesma classe (progressão horizontal); II. de uma para outra classe, exceto a de Professor Titular (progressão vertical)” (aprovado sem alteração). “SEÇÃO VI - DA CAPACITAÇÃO - Art. 95 – A capacitação do pessoal da carreira de magistério visa à excelência do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, proporcionando o retorno social do investimento público e o enriquecimento da Instituição” (aprovado sem alteração). “Art. 96 – A Universidade poderá autorizar afastamentos a seus docentes, sem prejuízo de suas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, visando à: I. participação em congressos, seminários, conferências e em outros eventos de caráter científico, cultural ou técnico; II. realização de estágios de atualização e de pesquisa; III. realização de cursos de aperfeiçoamento ou especialização “*latu sensu*”; e IV. obtenção de título de pós-graduação “*stricto sensu*” (Mestrado e Doutorado); {V. realização de pós-doutoramento}. Parágrafo único – A capacitação do pessoal da carreira de magistério será regida pela legislação vigente, pelo RAPAPD e pelas normas específicas aprovadas pelos Colegiados Superiores (aprovado com a substituição do termo “viagens” por “afastamentos”, grifado, e supressão do inciso V, entre chaves e grifado). “CAPÍTULO II - DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO - Art. 97 – O corpo técnico-administrativo é constituído de profissionais para o desempenho de cargos e funções próprias das áreas técnicas, administrativas e de apoio às atividades-fins da Universidade” (aprovado com a inclusão da palavra grifada). “Art. 98 – O servidor pertencente ao corpo técnico-administrativo será lotado em unidade acadêmica ou administrativa da Universidade, prevalecendo sempre o interesse da Instituição” (aprovado sem alteração). “Art. 99 – As classes da carreira do pessoal técnico-administrativo serão as especificadas no quadro de pessoal da Universidade, atendida a legislação em vigor” (aprovado sem alteração). “SEÇÃO I - DAS

856 ATIVIDADES - Art. 100 – São consideradas atividades próprias do pessoal técnico-  
857 administrativo: I. as relacionadas com a permanente manutenção e adequação de apoio  
858 técnico, administrativo e operacional, necessários ao cumprimento dos objetivos  
859 institucionais, observadas as atribuições do cargo efetivo; II. as inerentes ao exercício de  
860 direção, chefia, coordenação, assessoramento e assistência, na Universidade” (aprovado  
861 sem alteração). “SEÇÃO II - DOS DIREITOS E DEVERES - Art. 101 – Os direitos,  
862 deveres e vantagens do pessoal técnico-administrativo serão os previstos na legislação  
863 vigente e nos regulamentos aprovados pelo Conselho Universitário” (aprovado sem  
864 alteração). “SEÇÃO III - DO INGRESSO - Art. 102 – O ingresso no quadro efetivo de  
865 pessoal técnico-administrativo da Universidade dar-se-á por concurso público, observada a  
866 legislação pertinente e os critérios estabelecidos pelo Conselho Universitário” (aprovado  
867 com a inclusão do trecho grifado). “SEÇÃO IV - DO REGIME DE TRABALHO - Art.  
868 103 – O pessoal técnico-administrativo será submetido ao regime de tempo integral de 40  
869 (quarenta) horas semanais de trabalho, com exceção das atividades em que a legislação  
870 vigente permita e garanta a redução de jornada de trabalho” (aprovado sem alteração).  
871 “SEÇÃO V - DA CAPACITAÇÃO - Art. 104 – A capacitação do pessoal técnico-  
872 administrativo deverá promover o desenvolvimento e a qualificação dos servidores,  
873 objetivando a melhoria dos serviços, de forma que proporcione o retorno social do  
874 investimento público e o enriquecimento da Instituição. § 1º - A capacitação do pessoal  
875 técnico-administrativo será regida pela legislação vigente e pelo Regimento de Admissão,  
876 Promoção e Aperfeiçoamento do Pessoal Técnico- Administrativo, aprovado pelo Conselho  
877 Universitário. § 2º - A Universidade poderá autorizar seus servidores técnico-  
878 administrativos a afastarem-se para capacitação, respeitados os critérios de conveniência,  
879 oportunidade e necessidade da Instituição” (aprovado sem alteração). “SEÇÃO VI - DA  
880 PROGRESSÃO - Art. 105 – A progressão do servidor técnico-administrativo far-se-á nos  
881 termos do Regimento de Admissão, Promoção e Aperfeiçoamento do Pessoal Técnico-  
882 Administrativo, obedecida a legislação vigente” (aprovado sem alteração). “CAPÍTULO  
883 III - DO CORPO DISCENTE - Art. 106 – O corpo discente da Universidade compreende  
884 alunos regularmente matriculados em seus cursos e programas, conforme o disposto no  
885 artigo 66 deste Regimento Geral. Parágrafo único – Os alunos regularmente matriculados  
886 obedecerão aos Regimes Didáticos constantes nos Catálogos de Graduação e Pós-  
887 Graduação da Universidade, em vigor, aprovados pelos Colegiados Superiores  
888 competentes, e às normas específicas pertinentes” (aprovado sem alteração). “SEÇÃO I -  
889 DOS DIREITOS E DEVERES - Art. 107 - Os alunos da Universidade terão os direitos e  
890 deveres inerentes à sua condição e, especificamente, os previstos no Estatuto, neste  
891 Regimento Geral, no Regime Didático e nas demais normas aprovadas pelos Colegiados da  
892 Universidade” (aprovado sem alteração). “Art. 108 – O exercício dos direitos de  
893 representação e participação não exime o aluno do cumprimento de seus deveres  
894 acadêmicos” (aprovado sem alteração). “SEÇÃO II - DA REPRESENTAÇÃO - Art. 109 –  
895 O corpo discente terá representação, com direito a voz e voto, nos Órgãos Colegiados da  
896 Universidade, na forma do Estatuto e deste Regimento Geral. § 1º – A representação  
897 estudantil terá por objetivo promover a cooperação com os demais segmentos da  
898 Comunidade Universitária, visando ao aprimoramento institucional. § 2º - É vedada a  
899 acumulação de mandato em mais de um Colegiado. § 3º - O representante estudantil que  
900 estiver cumprindo pena disciplinar será, automaticamente, substituído pelo suplente. § 4º -

O representante estudantil terá o seu mandato suspenso em caso de trancamento de matrícula ou afastamento” (aprovado sem alteração). “SEÇÃO III - DA PARTICIPAÇÃO - Art. 110 – Com o objetivo de promover a maior integração do corpo discente no contexto universitário e na vida social, deverá a Universidade, complementando-lhe a formação curricular específica: a) incentivar os programas que visem à formação cívica, indispensáveis à criação de consciência de direitos e deveres do cidadão e do profissional; b) proporcionar aos alunos, por meio de atividades de extensão, oportunidades de participação em projetos de melhoria das condições de vida da comunidade, bem como no processo de desenvolvimento local, regional e nacional; c) estimular a realização de programas culturais envolvendo os alunos; d) estimular as atividades físicas, desportivas e de lazer, mediante programações e orientações adequadas” (aprovado com a inclusão do termo grifado). “Art. 111 – Os órgãos de representação do corpo discente serão o Diretório Central dos Estudantes, no plano da Universidade, e os Diretórios Acadêmicos e Centros Acadêmicos, nos planos dos cursos. § 1º - A organização e o funcionamento dos referidos órgãos serão disciplinados pela legislação vigente, pelos seus estatutos e regimentos, pelo Estatuto da Universidade e, no que couber, por este Regimento Geral. § 2º - Os representantes dos referidos órgãos, localizados em dependências da Universidade, deverão obedecer, ainda, às normas aplicáveis à Administração do Campus” (aprovado sem alteração). “SEÇÃO IV - DA ASSISTÊNCIA - Art. 112 – A Universidade poderá prestar assistência ao estudante de graduação, por meio de: a) programas de alojamento, alimentação e saúde; e b) promoções de natureza cívica, artística, científica, cultural e desportiva, visando ao conagraamento da comunidade universitária” (aprovado sem alteração). “SEÇÃO V - DA MONITORIA E TUTORIA - Art. 113 – A Universidade manterá Programa de Monitoria e Tutoria, selecionando monitores e tutores dentre os estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação e nos programas de pós-graduação, nos níveis I e II, respectivamente, que demonstrem capacidade de desempenho em disciplinas já cursadas. Parágrafo único – A seleção dos monitores e tutores dar-se-á de acordo com as normas em vigor, aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão” (aprovado sem alteração). “CAPÍTULO IV - DO REGIME DISCIPLINAR - Art. 114 – O regime disciplinar visa assegurar, manter e preservar a boa ordem, o respeito, os bons costumes e os princípios éticos, para garantir harmônica convivência do pessoal docente, discente e técnico-administrativo e a disciplina indispensável às atividades universitárias” (aprovado sem alteração). “Art. 115 – Ao tomar conhecimento da prática de atos definidos como infração pelas normas vigentes na Universidade, qualquer que seja a modalidade, constitui dever de todo membro da comunidade universitária comunicar imediatamente o fato à autoridade competente, na forma do disposto neste Regimento Geral. Parágrafo único – A omissão do dever de que trata o *caput* constitui falta para efeitos disciplinares” (aprovado sem alteração). “Art. 116 – Sem prejuízo das disposições legais e daquelas que possam ser estabelecidas pela Universidade em Regimentos específicos e Resoluções, constituem infrações à disciplina, para todos os que estiverem sujeitos às autoridades universitárias: a) praticar atos definidos como infração pelas leis penais e de contravenção, tais como calúnia, injúria, difamação, rixa, vias de fato, lesão corporal, dano, desacato}; b) praticar atos definidos como infração pelas normas vigentes na Universidade, qualquer que seja a modalidade; c) causar dano ao patrimônio; d) cometer ato de ofensa, desrespeito, desobediência, desacato ou que, de qualquer forma, implique indisciplina; e) portar, para

tráfico ou uso próprio, substâncias entorpecentes ou psicotrópicas ilegais; f) proceder de maneira considerada atentatória ao decoro; g) recorrer a meios fraudulentos, com o propósito de lograr vantagens pessoais ou para terceiros” (aprovado com a inclusão do termo “contravenção”, grifado, e supressão do trecho entre chaves e grifado na letra “a”, inclusão do termo “ilegais”, grifado, na letra “e” e alteração grifada na letra “g”). “SEÇÃO I - DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO - Art. 117 – As penalidades disciplinares aplicáveis ao pessoal docente e técnico-administrativo da Universidade são: I. advertência; II. suspensão; III. demissão; IV. cassação de aposentadoria e disponibilidade; e V. destituição de função de confiança” (aprovado sem alteração). “Art. 118 – Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público em geral e para a Universidade em particular, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais. Parágrafo único – O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar” (aprovado sem alteração). “Art. 119 – O regime disciplinar dos corpos docente e técnico-administrativo obedecerá ao disposto na legislação vigente, no Estatuto, neste Regimento Geral e nas demais normas estabelecidas pelo Conselho Universitário” (aprovado sem alteração). “SEÇÃO II – DOS DISCENTES - Art. 120 – As sanções disciplinares aplicáveis ao corpo discente são: I. advertência; II. suspensão; e III. Exclusão” (aprovado sem alteração). “Art. 121 – O discente estará sujeito à pena de: I – Advertência: a) por desrespeito ou desobediência à determinação de professor, de servidor técnico-administrativo, no exercício da função, ou por descumprimento à determinação de qualquer órgão da Administração; b) por perturbação da ordem no recinto da Universidade; c) por causar dano, por negligência, imperícia ou imprudência, a bem pertencente ao patrimônio da Universidade; e d) por inutilização de avisos ou editais afixados pela Administração. II – Suspensão: a) no caso de reincidência em quaisquer das faltas previstas no item anterior; b) por ofensa à autoridade da Administração Superior; c) por ofensa a professor, servidor técnico-administrativo ou aluno; d) por prática de ato incompatível com o decoro ou com a dignidade da vida universitária; e) por fraude ou tentativa de fraude em provas e exames escolares; f) pela retirada, sem prévia permissão da autoridade competente, de objeto ou documento de qualquer dependência da Universidade; g) pela posse, para uso próprio, de substância especificada na lei como entorpecente ou psicotrópica; h) por ato de improbidade na execução de quaisquer trabalhos escolares; i) por perturbação do andamento normal das atividades acadêmicas ou administrativas, utilizando-se de meios sonoros, gritaria, algazarra ou qualquer outro meio; e j) por constranger pessoa a fazer ou deixar de fazer algo. III – Exclusão: a) em caso de reincidência em qualquer falta prevista no item anterior; b) por ofensa grave à autoridade da Administração Superior; c) por ofensa grave a professor, servidor técnico-administrativo ou aluno; d) por atentado contra pessoas e bens; e) por causar, intencionalmente, dano a bem pertencente ao patrimônio público, ou por subtração de bens pertencentes à Universidade ou a terceiros; e f) pela posse, para tráfico, ou nas condições especificadas em lei especial, de substância considerada entorpecente ou psicotrópica” (aprovado sem alteração). “Art. 122 – São competentes para a aplicação das penas: I – de advertência: O Chefe do Departamento, os Diretores do Colégio Universitário (COLUNI) e da Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal (CEDAF), os Diretores de Centros de Ciências e o Pró-Reitor de Assuntos Comunitários. II – de

suspensão: a) até 30 (trinta) dias, o Diretor de Centro de Ciências ou o Pró-Reitor de Assuntos Comunitários. No caso do COLUNI e da CEDAF, o Pró-Reitor de Ensino; b) até 45 (quarenta e cinco) dias, o Reitor ou seu substituto, na forma do Estatuto e deste Regimento Geral. III – de exclusão: O Reitor ou seu substituto, na forma do Estatuto e deste Regimento Geral. § 1º - As penas previstas nos incisos I, II e III do artigo 120 deste Regimento exigirão prévia apuração da falta, mediante processo disciplinar, nos termos da legislação vigente, do Estatuto, deste Regimento Geral e das demais normas aprovadas pelo Conselho Universitário em que se assegure ao discente amplo direito de defesa. § 2º - O processo disciplinar será instaurado por portaria do Reitor ou de seu substituto legal, na forma do Estatuto e deste Regimento Geral, a qual será constituída por 3 (três) professores e um discente. § 3º - O prazo para conclusão do processo será de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período” (aprovado sem alteração). “Art. 123 – Durante o Processo Disciplinar, o indiciado não poderá trancar matrícula ou ausentar-se e nem terá sua transferência para outra Instituição de Ensino Superior deferida” (aprovado sem alteração). “Art. 124 – As faltas cometidas no interior dos alojamentos, por acadêmicos aí residentes, serão apuradas inicialmente pela Comissão Disciplinar de Alojamentos, conforme normas estabelecidas pelo Conselho Universitário. Parágrafo único – Caso a conduta do discente esteja tipificada como infração prevista no artigo 121 deste Regimento Geral, encaminhar-se-ão os autos à autoridade competente, visando à instauração de processo disciplinar” (aprovado sem alteração). Durante a discussão do Título VI, retirou-se do plenário o conselheiro Orlando Monteiro da Silva. “TÍTULO VII - DO REGIME FINANCEIRO - Art. 125 - O Regime Financeiro da Universidade será disciplinado pela Constituição Federal, pela legislação vigente, pelo Estatuto, por este Regimento Geral e por normas emanadas do Conselho Universitário” (aprovado sem alteração). “Art. 126 - Os Centros de Ciências e as demais Unidades Administrativas encaminharão ao Reitor, até o último dia útil do mês de abril de cada ano, a previsão de suas receitas e despesas para o exercício financeiro seguinte, visando à elaboração da proposta orçamentária geral da Universidade. Parágrafo único - Caberá à Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento coordenar a elaboração de proposta orçamentária geral, a ser apreciada pelo Conselho Universitário, objetivando sua aprovação pelo Poder Legislativo Federal” (aprovado sem alteração). “TÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS - Art. 127 - As disposições do presente Regimento Geral serão complementadas por meio de normas aprovadas pelos Colegiados Superiores da Universidade” (aprovado sem alteração). “Art. 128 - A modificação deste Regimento Geral dar-se-á somente pela decisão de, pelo menos, 2/3 (dois terços) da totalidade dos membros do Conselho Universitário, pela apreciação do Conselho Nacional de Educação (CNE) e pela aprovação do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, nos termos da legislação vigente (aprovado com a inclusão do termo grifado). “Art. 129 - A expressão Câmaras Curriculares, mencionada no inciso XII do artigo 29 do Estatuto, é a expressão Comissão Coordenadora, tratada no artigo 48 deste Regimento Geral” (aprovado sem alteração). “Art. 130 - O Presente Regimento Geral entrará em vigor após apreciação do Conselho Nacional de Educação (CNE) e aprovação do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União, revogando-se as disposições em contrário” (aprovado sem alteração). Durante a discussão do Título VIII, retirou-se do plenário o conselheiro José Henrique de Oliveira. Após a leitura e aprovação, artigo por

1036 artigo, desta proposta de Regimento Geral, por proposição do conselheiro Adriel Rodrigues  
1037 de Oliveira, foi aprovada, unanimemente, pelos vinte e um conselheiros presentes, o novo  
1038 Regimento Geral da UFV. Às dezoito horas e quinze minutos, a reunião foi encerrada. Para  
1039 constar, foi lavrada a presente ata, que, se achada conforme, será assinada pelo presidente e  
1040 pelo secretário de Órgãos Colegiados.